

FUNDOS DE PASTO

TERRITORIALIDADE E USO COMUM

FRANKLIN PLESSMANN DE CARVALHO

RESUMO *Este artigo aborda as dinâmicas organizadas por agentes sociais, que se autodenominam “fundos de pasto”, e se articularam em torno de ações de resistência para assegurar a posse e o uso de suas terras tradicionalmente ocupadas. Essas ações objetivam, principalmente, pressionar o Estado para o reconhecimento de direitos territoriais, bem como reivindicar a elaboração de procedimentos administrativos de regularização fundiária de “fundos de pasto”. Analisarei a relação entre os processos de territorialização e as territorialidades específicas elaboradas pelos agentes sociais.*

PALAVRAS - CHAVE *Territorialidades Específicas; Uso Comum; Unidades de Mobilização; Fundos de Pasto.*

ABSTRACT *This paper approaches the dynamics organizations that have achieved for social agents that self-identification by the expression “fundos de pasto”. They have been consolidation themselves through forms of articulation and struggle to ensure the use and the ownership of “traditional occupied lands”. For that, they do actions to challenge the political-administrative rules and the conventional manner of organizing and presenting demands from recognition and landed regularization to public powers. I will analyze the relationship between the collective territorialization process and social agents’ specific territorialities.*

KEYWORDS *Specific Territorialities; Common Use; Units of Mobilization; Fundos de Pasto.*

¹ Refiro-me especificamente às estratégias utilizadas para favorecer a expansão de empresas do ramo da mineração, do agronegócio e do turismo.

² Este artigo tem como referência para definição do termo “terra tradicionalmente ocupada” o artigo 231 da Constituição Federal, a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Decreto Presidencial nº 6.040, que “instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais”. Portanto, “terras tradicionalmente ocupadas” são consideradas como espaços necessários para a reprodução cultural, social e econômica, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, habitados pelos povos e comunidades tradicionais, utilizados para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar, segundo seus usos, costumes e tradições.

³ A reorganização de espaços e territórios mostra-se em descontinuidade com as medidas de zoneamento ecológico-econômico e com os programas de proteção da natureza preconizados por agências multilaterais, que haviam caracterizado a quadra neoliberal das últimas décadas do século XX. Percebe-se a passagem de uma intervenção realizada fora do Estado e sob o signo liberalizante da chamada “proteção” para uma política que está sendo considerada “protecionista” ao enfatizar a ação governamental que neutraliza aspectos liberalizantes de determinados recursos naturais (ALMEIDA, 2014, p. 352).

⁴ Podemos destacar conflitos de agentes sociais com os interesses do agronegócio (celulose, soja, algodão, cana-de-açúcar, fruticultura, gado, carcinicultura, piscicultura); da indústria (guseiras e carvoarias); do turismo (implantação de *resorts*); do ambientalismo (criação de unidades de conservação de proteção integral), entre outros.

O CONTEXTO

Estamos observando no Brasil uma série de novas estratégias empresariais¹ apoiadas pela implementação de políticas de reorganização de espaços e territórios, resultantes de uma ação de Estado deliberadamente protecionista, voltadas para a reestruturação dos mercados, disciplinando a comercialização da terra, dos recursos florestais e do subsolo. A implementação dessas políticas implica na flexibilização de normas jurídicas que asseguram direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, fragilizando a afirmação das terras tradicionalmente ocupadas², e tem como objetivo atender às demandas progressivas de um crescimento econômico baseado principalmente na exportação de commodities minerais e agrícolas³. Essas estratégias colocam em risco o modo de vida de uma diversidade de povos e comunidades tradicionais (ALMEIDA, 2014, p. 352).

Estes povos e comunidades estruturam seu modo de vida a partir da relação que estabelecem com terras que tradicionalmente ocupam. E são exatamente essas terras que são cobiçadas na expansão de diversos interesses econômicos⁴, que objetivam apropriar-se dos recursos naturais nelas localizados. A ação expropriadora desses interesses tem provocado uma intensa especulação imobiliária, incentivando várias ilicitudes, como grilagens de terras e o deslocamento forçado das famílias de seus locais de referência. Na ação de expropriação são executadas medidas de coerção e intimidação que visam bloquear ou mesmo anular qualquer forma de resistência dos agentes sociais que estão sendo atingidos por esses empreendimentos. Dentre algumas dessas medidas estão a contratação de segurança privada, a implantação de processos judiciais contra os agentes sociais e suas comunidades, a disseminação de falsas informações para confundir a opinião pública, e mesmo a utilização das forças de

segurança do Estado, isto é, a guarda nacional, as polícias federal, militar e civil, e em alguns casos as forças armadas. Empresários buscam o apoio de ações governamentais, especialmente para a implantação de infraestruturas necessárias para seus empreendimentos, e contam com o fomento de bancos oficiais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. São recorrentes as alianças entre interesses privados e a ação governamental que acarretam a expropriação de comunidades tradicionais de suas terras e dos recursos naturais nelas localizados.

A resistência a processos de expropriação pode ser observada em diferentes momentos históricos e contextos políticos. Para o estudo aqui apresentado, irei me reportar ao contexto social e político que, a partir da década de 1970, propiciou a construção de novos padrões de relação política. Na Bahia, pelo menos três identidades coletivas foram precursoras dessas novas relações: povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades de fundos de pasto. Os agentes sociais ligados a cada uma dessas identidades buscaram assegurar a posse e o uso das terras tradicionalmente ocupadas. O Estado foi pressionado por mobilizações que tinham como um dos principais objetivos o reconhecimento de direitos territoriais desses grupos sociais. Nesse sentido, setores do Estado passaram a elaborar procedimentos administrativos e legais que pudessem minimamente atender às reivindicações desses grupos no intuito de garantir-lhes suas terras.

Mas a ação do Estado não tem sido célere. Como já sublinhei, o Estado tem sido um dos principais aliados da expansão de empreendimentos econômicos que pretendem as mesmas terras reivindicadas pelos povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades de fundos de pasto. Pode-se afirmar que o Estado pouco executa os procedimentos que ele próprio elaborou e, quando o faz, acolhe uma série de justificativas que visam interromper a conclusão dos processos administrativos e

⁵ Antes de estabelecer relações de pesquisa com as denominadas “comunidades de fundo de pasto” prestei assessoria técnica como agrônomo, entre os anos de 1998 e 2004. Dessa forma, são mais de 17 anos de relação profissional com os agentes sociais dessas unidades sociais.

impedir a efetivação dos direitos territoriais das comunidades tradicionais.

Este artigo é baseado numa relação de pesquisa de mais de dez anos⁵ com uma diversidade de agentes de unidades sociais de fundo de pasto. Esses agentes sociais se reorganizam na medida que buscam formas para resistir às ações de expropriação de suas terras. Dentre outras ações, reivindicam junto ao Estado o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas.

A primeira questão que orientou minha investigação foi compreender as representações relacionadas às terras tradicionalmente ocupadas, dando conta do sistema de relações sociais correspondente aos processos de territorialização de unidades sociais de fundos de pasto. Outro desafio foi identificar as representações e práticas de lideranças que fazem parte de organizações representativas das unidades sociais de fundo de pasto. Por fim, busquei identificar as interpretações dos agentes de Estado bem como de acadêmicos de distintas formações disciplinares, relativas ao reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas por unidades sociais de fundo de pasto.

⁶ Tese de doutorado, defendida em 28/11/2014, no “Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, na qual foi decorrência de uma descrição etnográfica baseada em um trabalho de campo rigorosamente orientado, em que utilizei técnicas de observação direta e descrições pormenorizadas das ações acompanhadas. Essa descrição foi complementada por uma literatura antropológica específica, por uma produção acadêmica relativa ao tema, e a análise dos posicionamentos do Estado relativos a questões relacionadas diretamente com a territorialidade de unidades sociais de fundo de pasto.

Este artigo tem como referência o primeiro capítulo da tese de doutorado “Fundos de Pasto: territorialidade, luta e reconhecimento” (CARVALHO, 2014)⁶. Neste capítulo descrevo questões relacionadas ao processo de territorialização de cinco famílias, identificando as terras tradicionalmente ocupadas e seus usos, bem como a relação entre produção e consumo. Ao descrever as territorialidades específicas dessas cinco famílias, apresento a passagem de um momento na qual predominavam as *terras soltas* para outro momento que irá convergir com a formação dos denominados *fundos de pasto*. Apresento também as diferenças entre *terras individuais* e *terras coletivas*, e como cada família se utiliza dessas terras.

A análise descritiva teve como referência a própria representação dos entrevistados, objetivadas a partir das suas unidades discursivas, referidas às distintas situações que foram abordadas. A partir das perspectivas dos entrevistados é que elaborei minhas análises e classificações. Busquei compreender os significados de *fundo de pasto* a que se referem os agentes sociais que se autodeclararam pertencer a um tipo de unidade social designada como comunidade de fundo de pasto. Porém mesmo a perspectiva dos agentes sociais sobre o sentido e a relevância da *roça*, como definidora de um modo de vida, se encontra em transição. E é nesse momento de passagem que a tradição é acionada como elemento de luta. O modo de ser tradicional é utilizado para se contrapor à ação do antagonista, do “outro” que quer “te destituir”. Tradição se apresenta como algo relacional e dinâmico.

Ressalto que o momento em que se procedeu esta pesquisa foi de dupla passagem. De um lado, a afirmação de minha atuação como antropólogo e pesquisador. Para os agentes sociais, a tradição sendo acionada como elemento da luta quando a *roça*, como elemento que estrutura um modo de vida, é ameaçada e está em transformação. As estruturas aqui descritas não são outra coisa senão o produto objetivado das lutas históricas tal como se pode apreendê-lo num momento do tempo (BOURDIEU, 1990, p. 213).

As situações empiricamente verificadas apresentaram um quadro de várias mudanças. Tomando como referência os últimos quarenta anos, as terras de uso comum se reduziram, novas técnicas agrícolas foram utilizadas e a organização do sistema produtivo passou a ter na caprinocultura sua principal orientação. A economia também passou por uma transição, de um momento anterior, na qual predominava o “valor de uso” para o momento atual na qual predomina o “valor de troca”.

⁷ Primeiramente acompanhei a rotina de três unidades familiares relacionadas a três lideranças atuais, três ex-presidentes da “Central de Associações” - Valdemar, Nilza, e Valter. A unidade familiar acompanhada em Boa Sorte é referente a Elias Neri, antiga liderança que participa ativamente da resistência contra a grilagem das terras desde os anos 1980, intitulada como a “luta pelo bode solto”. Em Panásquo Pé do Morro, a unidade familiar visitada foi a de Jurandir e Andréia, um casal relativamente jovem. Todas as famílias estão inseridas em alguma associação de fundo de pasto, que por sua vez se articulam por meio da “Central de Associações de Fundo de Pasto”. Além da associação, a Igreja também funciona como espaço de articulação social, estimulando a mobilização conjunta das famílias (CARVALHO, 2014, p. 20-32).

⁸Cidade do interior da Bahia, distante cerca de 600km de Salvador, entre a Chapada Diamantina e o Rio São Francisco, próxima às cidades de Ibotirama e Irecê.

⁹As unidades sociais que se organizam em torno da identidade coletiva “comunidade de fundo de pasto” estão organizadas em associações, que se articulam regionalmente por meio de alguma central ou união de associações. Estadualmente, estão organizadas pela “Articulação Estadual das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto”. Atualmente, se destacam as organizações localizadas na região do Lago de Sobradinho, de ->

Encontrei um sistema econômico baseado na monetarização. Simultaneamente a essas mudanças, diminuiu o número de pessoas em cada família. A *roça*, como local onde se realizam as relações sociais que estruturam um modo de vida, passa por uma transição. A diversidade produtiva se reduz, diminuem as áreas plantadas com gêneros alimentares e aumentam as áreas destinadas à produção animal. Boa parte da base da alimentação diária é adquirida por compra na feira. Outrossim, a feira se destaca como espaço social, fortalecedor da comunicação e das relações entre famílias. O mercado institucional, como o que destina produtos da família para a merenda escolar, está incentivando a retomada da produção agrícola. As atividades não agrícolas se mostram presentes, mas não significam a proletarização, e sim, permitem fortalecer as condições de produção agrícola.

Este artigo busca descrever e analisar, de maneira sintética, algumas das observações realizadas em campo, com destaque para o processo de territorialização que possibilitou a posse sobre as terras tradicionalmente ocupadas. Apresento também as territorialidades específicas de cada família como decorrentes de suas formas de organização e resistência.

DAS TERRAS SOLTAS PARA FUNDOS DE PASTO

Durante o processo de pesquisa, pude descrever questões relacionadas ao processo de territorialização de cinco famílias⁷, todas localizadas no município de Oliveira dos Brejinhos⁸ e pertencentes à “Central de Associações de Fundos de Pasto”⁹.

A observação em campo possibilitou perceber que a noção de unidade familiar se relacionava às unidades residenciais

conferidas a cada família¹⁰. Essas unidades residenciais são designadas empiricamente pelo termo *casas*¹¹. Minha inserção em determinada unidade familiar foi proporcionada por meio da hospedagem em determinadas unidades residenciais¹².

Para iniciar a apresentação das cinco unidades residenciais que correspondem a cinco unidades familiares diferentes, quero explicitar que, em todas as situações, as terras ocupadas estão nos domínios dos agentes sociais que delas se utilizam para sua reprodução física e cultural. Não há relação de subordinação direta, como a relação de dependência comum “patrão”. As relações comerciais estabelecidas para a venda de produtos oriundos da *roça* são também efetivadas com autonomia.

Nas cinco casas visitadas, pude constatar que mudanças significativas ocorreram no uso das terras tradicionalmente ocupadas. A construção da rodovia federal BR 242, no final dos anos 1960, é considerada um marco dessas mudanças”. Essa estrada atravessou as terras tradicionalmente ocupadas pelas unidades sociais de fundo de pasto. Daquele momento em diante, a ação do Estado passa a ser recorrente, com efeitos profundos sobre o modo de vida daquelas famílias.

Seguindo a caracterização de cada unidade familiar, podemos fazer um comparativo tendo como referência as terras que possuem e seus respectivos usos. Antes, devo explicitar, sucintamente, uma distinção estabelecida após o início do processo de regularização fundiária¹³, classificando as terras tradicionalmente ocupadas em dois tipos. O primeiro se refere às terras que foram regularizadas em nome de uma pessoa da família. Essas terras são conhecidas como “áreas individuais”. O segundo tipo são as terras que foram regularizadas em nome de uma associação que representasse um grupo de famílias. Essas terras são conhecidas como “áreas coletivas” ou ainda como “área de fundo de pasto”, onde vige o uso comum dos recursos¹⁴.

Antes da regularização fundiária, as posses e os limites das terras eram reconhecidos e respeitados por cada família. Os

-> Senhor do Bonfim, Uauá e Oliveira dos Brejinhos, reunindo em torno de vinte mil famílias.

¹⁰ As unidades familiares se caracterizam pela partilha de produtos ou renda oriundos da roça.

¹¹ Utilizei o termo “casa” durante a descrição etnográfica, como referência à denominação empírica dos próprios entrevistados. Nas análises preferi utilizar o termo unidades residenciais.

¹² As três primeiras *casas* visitadas estão localizadas em Várzea Grande. A quarta se localiza em Boa Sorte e a quinta *casa*, em Panáscoo Pé do Morro. Todas essas localidades se encontram no município de Oliveira dos Brejinhos/BA. Portanto enfatizo que as observações aqui apresentadas se referem principalmente a uma unidade social, embora seja possível realizar comparações com outras situações de diferentes regiões da Bahia.

¹³ O processo de regularização fundiária começa apenas em 1983, por volta de 15 anos depois da construção da BR242 e da intensificação das ações de grilagem das terras.

¹⁴ Em Várzea Grande, foram cadastradas pelo Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) 54 famílias e foram requeridos 156 títulos individuais. Os títulos emitidos somaram 3.928,14ha. A área de fundo de pasto de Várzea Grande, registrada em nome da associação, foi de 2.390,82ha. Assim, o total de terras regularizadas em Várzea ->

-> Grande foi de 6.318,96ha. Em Panáscoo Pé do Morro, foram cadastradas 33 famílias e foram requeridos 114 títulos individuais. A área de fundo de pasto registrada em nome da associação de Panáscoo Pé do Morro é de aproximadamente 1.800ha. Em Boa Sorte, foram requeridos 28 títulos individuais, correspondendo cerca de 1.900ha. A área de fundo de pasto de Boa Sorte é de aproximadamente 2.200ha.

animais circulavam livremente e as famílias só cercavam áreas nas quais os animais não deveriam adentrar, como as áreas de plantio, os quintais, certas aguadas ou junto a uma unidade de residência. Os espaços físicos não cercados, chamados “terras soltas”, eram considerados de uso comum, em que os animais de qualquer família poderiam pastar, os frutos poderiam ser livremente extraídos pelas unidades familiares e as madeiras mortas poderiam ser recolhidas como lenha. Várias aguadas também eram de uso comum, como as fontes d’água, as lagoas e certos barreiros. Já as madeiras melhores, para a construção de casas e outras instalações, como cercas e chiqueiros, deveriam ser retiradas das áreas que estavam na posse da família.

Entre a construção da BR242 e o momento da regularização fundiária, as famílias estavam cercando os limites de suas terras como forma de combater a grilagem de suas áreas. Se a construção de cercas servia para proteger a terra contra a ação dos grileiros, ela também limitava a circulação livre dos animais. O receio de que as áreas individuais fossem totalmente cercadas foi uma das motivações para criação de uma área de fundo de pasto e assim assegurar que em uma parte do território sempre fosse mantido o uso comum, extensão na qual os animais sempre poderiam circular livremente. Atualmente, o uso comum se estabelece na área destinada à associação e nas áreas individuais não cercadas.

A área de fundo de pasto é considerada por várias lideranças como uma área de reserva, especialmente com relação a criação dos animais. O termo “reserva” se refere a uma área a qual todos têm acesso e que não pode ser desmatada. Ela entra no planejamento de cada família para cuidar dos seus animais. Esse momento da criação das áreas de fundo de pasto representou uma mudança significativa no manejo dos animais. Antes, os animais circulavam em uma ampla área considerada como “terras soltas”. Agora, percorrem apenas as áreas abertas dentro de cada *círculo comunitário*¹⁵. As áreas abertas compreendem a área da associação e todas as áreas individuais que não foram

¹⁵ Essa é uma designação empírica empregada pelos agentes sociais. Mais adiante detalharei seu significado.

cercadas. Nos últimos anos, tem-se observado uma redução de áreas individuais abertas, o que acarretou em um maior desgaste da vegetação da área que pertence à associação. Novas técnicas estão orientando o manejo, e consistem em utilizar áreas de confinamento para a separação de animais mesclada com áreas para plantio de forragens.

A área coletiva¹⁶ ela tem... bem, pensando em mim, no que eu penso mesmo, se você tem uma área coletiva, e essa área não pode ser derrubada, você não pode mexer nela, é uma forma que você tem, além de ajudar no pastoreio dos animais, e para mim já não é tanto isso, mas é quase como um pulmão das áreas daqui. Porque você sabe que são áreas que nunca serão derrubadas. Não vai perder a coletividade, eu acho que isso é forte. Saber que tem áreas que são reconhecidas como da “comunidade” e estão lá para ser preservadas, para não mexer. Só que existe um problema que a gente acaba concordando quando os órgãos [ambientais do governo] falam... a gente rebate porque, muitas vezes, a forma deles, como colocam na hora, é meio [equivocada]... mas a gente reconhece que o manejo dos animais se diversifique. Só que da forma como que eles falam é que a gente não aceita. Eu mesmo reconheço que há uma necessidade de fazer o manejo... e o animal acaba por não deixar a reprodução das árvores. Eu olho assim e fico preocupada... E vou falar para você que é difícil, não é fácil, não... Tem problema sério mesmo. Tem local que tem degradação mesmo... Precisamos encontrar uma saída. Deixar uma área para descanso, sem deixar animal por ela andar. Até na minha roça mesmo, nesta área de 30ha de terras, particular minha, eu estou pensando em fechar. Se eu pudesse mesmo eu fechava... (Nilza Vieira, 2011).¹⁷

¹⁶ A área da associação é também chamada de área de fundo de pasto ou de área coletiva.

¹⁷ Entrevista realizada na casa de Nilza Vieira, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

Uma das preocupações das famílias é com a regeneração da vegetação da área da associação. Com a redução da área de uso comum, na qual os animais podem circular livremente, há uma

intensificação do uso da área da associação. Nilza apresenta duas preocupações nesse sentido. Uma é exatamente como recuperar as áreas que pertencem à associação. A outra é com a dificuldade na relação com os técnicos dos órgãos governamentais, que querem impor uma forma de manejo ambiental que não dialoga com os conhecimentos das famílias e que, quase invariavelmente, demonstra desconhecer a realidade das áreas de fundo de pasto. Esse desconhecimento é um dos obstáculos que dificultam a compreensão do modo de vida *dos fundos de pasto*, que, aliados a questões epistemológicas, dificultam o pleno reconhecimento dos direitos relacionados às terras tradicionalmente ocupadas (CARVALHO, 2014, p. 178-205).

¹⁸ O conceito “territorialidades específicas” é utilizado para designar a organização de espaços físicos resultantes de diferentes processos sociais de territorialização, e delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território (ALMEIDA, 2008, p. 29).

¹⁹ O conceito “processo de territorialização” é utilizado para designar o dinamismo existente na ocupação tradicional da terra. Dessa forma, sinaliza tanto uma contínua transformação na forma de ocupação, como enfatiza a agência de um grupo social que passa a se organizar em coletividade, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação. A terra ocupada pelo grupo está relacionada ao processo histórico vivenciado, na qual o grupo estabelece arranjos organizacionais na relação com seus circundantes – vizinhos, aliados, antagonistas – e com o Estado (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 24). Enfatizo que esse arranjo organizacional se estabelece em relação à ação do Estado, mas não é exclusivamente decorrente dela.

TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS

Ao comparar as terras das cinco famílias visitadas, verifiquei que todas apresentam diferenças acentuadas no que se refere a tamanho, localização e distribuição. As famílias possuem também diferentes formas de organizar o trabalho com os animais e realizar as atividades de plantio. Embora possam ser percebidas certas semelhanças, cada uma possui uma territorialidade específica¹⁸. Essa territorialidade é resultado de um processo de territorialização¹⁹ complexo, que compreende o conhecimento de cada pessoa da família ao longo da ocupação tradicional das terras e as relações que são estabelecidas com os vizinhos, comerciantes, antagonistas e autoridades governamentais. Podemos afirmar que o território de cada localidade de fundo de pasto se apresenta como o conjunto das territorialidades específicas de cada família.

Dentre as especificidades, a primeira observação que destaco se refere à própria unidade familiar. As *casas* de Dunga e Valter formam, cada uma, uma só unidade familiar. A *casa* de Elias dá suporte à *casa* de seu filho Dedé. A *casa* de Jurandir tem nas *casas* de seu pai e de seu sogro um apoio significativo para a reprodução de sua família. Já a *casa* de Nilza forma uma unidade familiar

com as *casas* de seus irmãos. O sentido de “unidade familiar” se relaciona com a partilha dos produtos ou da renda advindos da roça.

A formação da territorialidade da família de Nilza está alicerçada na valorização do trabalho realizado pelos filhos na perspectiva dos pais. A mãe de Nilza, Marcolina, relatou como o trabalho dos filhos foi fundamental para apoiar as atividades da família, fazendo com que ela valorizasse a quantidade de filhos em uma casa. Era o costume na sua família ter muitos filhos. Assim aconteceu com o pai de Jurandir, o senhor Francisco. Já os irmãos Neri, mais novos, tiveram em média três filhos cada um. A geração de Dunga, Valter, Nilza acompanha essa tendência de dois a três filhos por casal. Mesmo poucos, os filhos são acostumados desde cedo com os afazeres da *roça*. Nas casas de Dunga e Valter, seus filhos participam ativamente dos serviços da casa, da roça e da criação de animais. Elias Neri passou seu conhecimentos para seus filhos, e Jurandir e Andréa aprenderam com seus pais e tentam passar seus conhecimentos para seu filho, Jeferson.

O tamanho das famílias se altera e, com ele, a quantidade de alimentos necessários para a manutenção cotidiana. Ao mesmo tempo que as atividades de trabalho no plantio e com os animais também vão se alterando com a introdução de cercas e de novas tecnologias. A circulação monetária passa a ser mais frequente, tanto pelas possibilidades de trabalho remunerado, pelo aumento da comercialização dos animais, e com recursos advindos de benefícios sociais, entre eles a aposentadoria e a bolsa família. As relações entre produção, consumo, comercialização e renda se modificam, implicando também em mudanças no uso da terra.

Uma das mudanças que foram bastante enfatizadas pelos entrevistados concerne à atividade econômica, antes baseada prioritariamente nas áreas de plantio. Hoje, a renda das famílias depende muito mais da criação dos animais. Estamos diante de uma transição em que se rearticulam as atividades produtivas.

A vivência da gente daqui mesmo era a roça. Principalmente do plantio de mandioca. Fazia a derrubada... todo ano tinha que abrir uma roça... derrubava, botava fogo, cercava... pois cultivava também os animais, não como agora, não tava tanta assim como atividade principal, assim os animais... tanto os bovinos como os animais de pequeno porte... os caprinos... mas a mola mesmo era a roça de mandioca. Aí derrubava aquele mato, botava fogo, plantava. Mas no outro ano, de novo, outra derrubada, ia queimando, cercando para os animais não entrarem, cada ano era uma derrubada... As roças de mandioca eram sempre naqueles carrascos, que tem muito angico. Quando você tirava a mandioca, ou mesmo quando havia a roça, aqui e ali o angico brotava. Quando saía fechava de novo, ficava do mesmo jeito... Era assim desde os nossos bisavós. E essa região dos fundos de pasto era tudo desse jeitinho... de fazer derrubada... a técnica era essa... derrubar o mato, limpar, plantava feijão, mandioca. Não acreditava assim, se não queimasse não ia produzir. Depois que já tinha tirado a mandioca, ali já dava o nome de capoeira. Aquela área ali dava o nome de capoeira. Ali nestas capoeiras você plantava feijão, feijão de corda... esse era melhor plantado... para produzir. Mas a mandioca mesmo era derrubada para plantar. Nova derrubada para fazer novo plantio de mandioca. Isso foi anos e mais anos assim. É por isso que você hoje chega aqui é vê esta abertona assim – “por que isso assim?”... Em redor de casa, dessas casas aí assim, eu conheci mato fechado (Elias Neri, 2012).²⁰

²⁰ Entrevista realizada na casa de Elias, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

As áreas de plantio de alimentos além de serem numerosas eram responsáveis tanto pela alimentação das famílias, como por boa parte da renda. O plantio de mandioca, que era a atividade principal, quase não é mais realizado. Essa mudança não aconteceu apenas em Boa Sorte, localidade de Elias Neri.

Observei o mesmo com a família de Nilza. As terras tradicionalmente ocupadas pela família Vieira (Nilza) não são

contínuas. Há uma inter-relação entre as áreas consideradas individuais e a área da associação. As terras individuais, em nome da família, são dispersas, algumas mais distantes do local onde estão as casas de cada um, decorrência da adequação de terras mais propícias para cada tipo de plantio. Também se localizavam em pontos estratégicos, como próximas a fontes de água. Esses locais eram intensamente usados. Hoje, grande parte das áreas que eram consideradas locais de roça é usada para pastagem dos animais ou para produção de forragem. Há maior concentração na atividade de pecuária, com maior dedicação para a criação de animais.

O individual é o particular. É o que não é coletivo. E no caso hoje é titulado. Se não fosse titulado era o que era demarcado por todos. Geralmente, poucos casos que as pessoas não se identificavam, aquilo ali era de fulano e aqui não é meu... vai da família, vamos supor, da família de dona Marcolina, da família de Alfredo... Antes de titular as pessoas já identificavam – “Aquela área lá é da família de Dona Marcolina” – que era onde as pessoas utilizavam ou fechavam ou tinham lugar para por sua própria roça, de plantio... E hoje, as áreas que eram consideradas da família, já são medidas, o que é particular. Muitas vezes, a maioria delas não está toda fechada. Como a nossa não... A nossa está sim toda fechada, digo que ela está fechada com quatro fios, toda área da família tá cercada com quatro fios, mas só não circula animais grandes, gado, égua... essas coisas... mas o bode circula. No título de mãe é quarenta hectares²¹. Mas todos os filhos têm uma pequena área. O individual que está no nome da minha mãe é 40 hectares de terra, e 80% é em aberto, é uso comum.... Esta casa tá dentro. Só pode ser feita dentro dela. Esta área fechada do plantio de palma e lá embaixo onde planta milho, planta sorgo para fazer feno, planta feijão... Roça. Roça mesmo. Roça de palma. Quintal. Mas aqui a gente chama mais como quintal, quintal de palma. Porque está aqui próximo da casa e é pequena. Mas quando ela está mais afastada da casa e se

²¹ As unidades de medida que organizam o sistema de cálculo para a compreensão do estoque de terras são elementares para se pensar os grupos sociais. Essas unidades de medidas são decorrentes da interação estabelecida pelos agentes sociais, que passam a ser filtradas pelos atos de Estado ao estabelecer os parâmetros para a realização do processo de regularização fundiária (BOURDIEU, 2014, p. 39-42).

estende mais é a roça de plantio... Destes 40, tem 8ha de terra fechada, aí sim, para o plantio e prender animais... fazer o manejo de animais... É uma área contínua... É da família, mas quando veio a medição já mediu, pensando que mãe já estava de idade, assim como exemplo lá no Itapicuru, é da família, mas está regularizada em meu nome... (Nilza Vieira).²²

²² Entrevista realizada na casa de Nilza, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

²³ O *círculo comunitário* é designação empírica dada pelos próprios agentes sociais com relação à construção de cercas que delimitam o perímetro de uma localidade de *fundo de pasto*. A designação se refere a um espaço físico que tem seu perímetro totalmente cercado. Porém a adjetivação *comunitário* indica também sua vinculação com a organização social das famílias que possuem áreas dentro desse perímetro e estão associadas a uma mesma forma de organização, isto é, a “associação”.

²⁴ Existe uma distinção da área fechada com quatro fios de arame que impede apenas a circulação de animais maiores, como cavalos, jegues e bois, de áreas realmente fechadas, nas quais a passagem de animais menores, como bodes, ovelhas e porcos, também é impedida.

Nilza aborda a questão de a área ser *fechada*. O costume, como já assinalado, era criar os animais na caatinga, nas *terras soltas* nas quais circulavam livremente. Alguns locais específicos eram interditados para os animais, como as áreas de plantio, o quintal, algumas aguadas e a casa. Esses locais eram cercados cuidadosamente para impedir a entrada dos animais.

No momento em que se intensifica a grilagem das terras tradicionalmente ocupadas, a cerca passa a ser utilizada como forma de barrar a ação dos grileiros. O processo de cercar as terras acarretou delimitar perímetros. As áreas internas ao perímetro foram denominadas como *círculo comunitário*²³. Em cada *círculo comunitário* se constituiu uma associação que passou a representar os interesses das famílias que tinham suas terras inseridas ali. As cercas foram feitas inicialmente com quatro fios de arame²⁴. O cercamento limitou a circulação livre dos animais e estimulou a criação de uma área de *fundo de pasto*, de propriedade da associação.

A ocupação tradicional da terra vai se modificando. Cada família visitada demonstrou possuir territorialidades que associam de forma específica o uso privado familiar em terras de propriedade individual, com terras de uso comum das áreas individuais abertas e da área de *fundo de pasto* de propriedade da associação.

Cabe reforçar que a ação do Estado acarretou mudanças na territorialidade das famílias. A construção da rodovia BR242, o processo de regularização fundiária, a indução de outras técnicas de manejo, o incentivo ao acesso ao crédito agrícola contribuíram

para a redução de áreas abertas ao pastejo dos animais. A criação deixa de estar solta, e passa a circular em áreas restritas dentro de perímetros relacionados a cada associação. Ênfase que é na relação com o Estado que as mudanças são engendradas, e não numa imposição da mudança. O que pode verificar é que as mudanças podem ser percebidas como parte do processo de resistência que se estabelece na busca pela afirmação da criação solta. Em Oliveira dos Brejinhos, esse processo de resistência foi denominado como a “luta pelo bode solto” (CARVALHO, 2014, p. 95-134).

Mudanças no consumo acarretaram mudanças na organização da produção. A redução no tamanho das famílias, os benefícios sociais garantindo recursos financeiros constantes, a introdução de técnicas agrícolas, o crédito bancário, outras formas de renda e a valorização comercial dos animais, a chegada de produtos industrializados e agrícolas a preços relativamente acessíveis devem ser analisados conjuntamente para compreender a lógica atual na organização e no planejamento da produção das famílias.

Com variações, se percebe a constante predominância da produção de bodes e ovelhas no modo de vida das famílias de *fundo de pasto* de Oliveira dos Brejinhos. A produção está basicamente orientada para venda a atravessadores, mas também para o consumo das famílias produtoras e para a venda no comércio local.

Inversamente, a produção de porcos foi bastante reduzida e em certas unidades familiares até extinta. Uma das explicações é a substituição da gordura de porco pelos óleos vegetais no preparo de alimentos. Mas as modificações na área de livre circulação dos animais também devem ser associadas a essa mudança. No caso específico dos porcos, a diminuição de aguadas disponíveis para os animais faz com que a criação de porcos soltos seja indesejável, uma vez que esses animais costumam banhar-se nos tanques quando eles estão rasos, o que coincide com o período mais crítico

²⁵ Em 2006, acompanhei uma reunião na “Associação de Várzea Alegre” na qual um dos assuntos era a necessidade de uma família de se desfazer da produção de porcos que estavam inviabilizando os pontos de aguada mais próximos numa época em que a estiagem estava castigando os animais (CARVALHO, 2008, p. 102).

do período de secas. Segundo os criadores, os porcos reviram a lama do fundo dos tanques, deixando a água turva e com um cheiro desagradável, sendo rejeitada pelos demais animais.²⁵ Os porcos passam a ser criados presos em chiqueiros, pelo menos na época final da estiagem. Portanto as condições de criação, a substituição da gordura de porco pelos óleos vegetais, e o baixo comércio seriam os fatores que incentivariam a diminuição ou mesmo a interrupção da criação desse animal. Ressalto que algumas famílias permanecem criando porcos em quantidade que possibilite a venda para famílias não produtoras.

Já os quintais se apresentam bastante valorizados em todas as casas que visitei desde 2005. Quase invariavelmente me deparei com hortas de couve, temperos, condimentos, plantas medicinais, aipim, árvores frutíferas e uma variedade de plantas ornamentais.²⁶ Basicamente são produções destinadas ao consumo familiar ou para abastecer as reuniões e comemorações nas localidades.

As galinhas são outra produção constantemente encontrada em todas as casas visitadas. Algumas famílias produzem carne e ovos para venda e consumo.

A criação de bodes e ovelhas vai sendo valorizada e passa a ser intensificada. As técnicas de produção são introduzidas pelas famílias na relação com outras organizações, como a Igreja, o sindicato, ONGs e órgãos governamentais. O crédito bancário passa a ser idealizado como uma forma de financiar mudanças na estrutura física relacionada com a produção. A “monetarização” transforma as relações comerciais, antes baseadas mais em relações de uso, passando a serem orientadas para troca em dinheiro com apoio de crédito financeiro. Gradativamente as áreas de plantio alimentares vão sendo transformadas em espaços para a criação de animais, seja com a implantação de pastos, seja na troca de produtos plantados, como mandioca e arroz, por plantas forrageiras, como sorgo e palma. As mudanças na produção são acompanhadas de mudanças no consumo das famílias.

²⁶ O uso de venenos é restrito ao combate de formigas em algumas situações específicas. Os tratamentos culturais são baseados em produtos artesanais e práticas agrícolas

Desde o ano 2005, quando realizei a pesquisa para os estudos de mestrado, registro os alimentos que são produzidos e consumidos pelas famílias das localidades de *fundo de pasto*. Em Várzea Alegre, localidade em que visitei oito famílias, constatei que boa parte dos alimentos consumidos vinham de compras realizadas na feira ou em armazéns. O mesmo ocorreu nas cinco casas visitadas entre 2011 e 2012, confirmando essa situação para grande parte da alimentação de uso diário, como arroz, açúcar, macarrão, café, farinha. A carne de bode, o frango, os ovos de galinha, o leite de vaca e as frutas da região se destacam como produtos que são produzidos e consumidos pelas próprias famílias.

Pouco a pouco a organização da produção agrícola foi se adequando para atender os atravessadores interessados em comprar o animal vivo para ser revendido. Hoje, a venda de animais vivos representa, para maioria das famílias, a principal renda, se constituindo a produção mais significativa, implicando diretamente no uso da terra, conformando a territorialidade encontrada.

FUNDO DE PASTO: TERRA “COLETIVA” DE “USO COMUM”

A descrição apresentada se refere a situações localmente observadas no decorrer do trabalho de campo para a elaboração da tese de doutorado e que forneceram elementos para identificar e analisar as noções de “coletivo” e “uso comum” utilizadas pelos agentes sociais aqui caracterizados como referidos a comunidades de *fundos de pasto*. Essas noções possibilitam, por sua vez, elementos para apoiar a compreensão do significado do termo *fundo de pasto*, que passou a identificar as famílias de determinadas localidades dos municípios de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas.

As terras que essas famílias ocupam tradicionalmente eram consideradas soltas. Uma terra ser denominada *solta* designa

que alguns recursos, que nela se encontram, estavam abertos ao uso público. Particularmente em localidades de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, essa denominação se referia à possibilidade para o pastejo de animais. Esses animais pertenciam a diversas famílias de distintas localidades e circulavam em uma área relativamente extensa e considerada de “uso comum” a todos. Embora os animais pudessem caminhar por uma grande extensão de terras, elas pertenciam a distintas famílias e sua posse era reconhecida por todos os circundantes.²⁷

²⁷ Exceção feita aos topos de serras, os quais não tinham donos identificados.

Portanto uma terra podia ser considerada “solta” e ao mesmo tempo ser identificada uma relação de posse individual ou familiar sobre ela. Nessas posses, segundo o costume, apenas pequenas partes deveriam ser cuidadosamente cercadas, tornando-as inacessíveis aos animais, e estariam inseridas nas “terras soltas”. Correspondiam aos quintais, aos locais de moradia, às hortas, às áreas de plantio e a algumas aguadas.

Ações do Estado modificaram a disponibilidade das “terras soltas”. Destaco a construção das rodovias que cortaram as terras, a disponibilização de créditos bancários para fomentar a produção de monocultivos agrícolas e o posterior processo de regularização fundiária das terras. Estas ações do Estado motivaram distintos interesses que almejavam as terras da região, especialmente as próximas às rodovias. Valorizadas simbólica e monetariamente, as terras foram alvo da ação de grileiros.

Como forma de proteger as terras da espoliação pela grilagem, as famílias passaram a cercar suas posses. Grupos de famílias se organizaram e passaram a cercar os limites de áreas que confrontavam com as áreas invadidas pelos grileiros. Como já descrito neste artigo, foram denominados de *círculo comunitário* os espaços físicos que tiveram seu perímetro totalmente cercado. As terras inseridas em cada perímetro foram vinculadas a uma associação, que passou a representar institucionalmente as famílias que nele possuíam áreas. As cercas que formam cada perímetro não permitem a passagem de animais, tanto de grande como de pequeno porte. Embora a ação de cercar os limites

tenha sido bem sucedida em inibir o avanço da grilagem, esse momento marca a redução da área disponível para o pastejo dos animais, marca a passagem da terra solta para o fundo de pasto. Na concepção dos agentes sociais, as terras deixaram de ser soltas, passaram de um uso público para um uso restrito às famílias que possuíam áreas dentro de cada perímetro.

Por ação da regularização fundiária, as terras dentro do perímetro foram divididas em duas categorias: áreas individuais e uma área coletiva. As áreas das diversas famílias foram denominadas áreas individuais. As terras que estão nas áreas individuais e que não são cercadas são consideradas abertas, estando disponíveis para o pastejo dos animais. Nas terras abertas que se localizam nas áreas individuais”, o uso para o pastejo é denominado de uso comum, ou simplesmente *comum*.

Já o termo área *coletiva*, ou simplesmente *coletivo*, é usado para designar a área que foi registrada em nome de uma associação criada durante o processo de regularização fundiária. A área ser de uma associação significa que pertence a todos os sócios e permanece aberta, possibilitando que dentro de cada perímetro os animais possam circular livremente.

A terra é considerada coletiva, mas não os recursos que estão nela. Alguns recursos são de uso comum, mas sua apropriação é individualizada por unidade residencial ou familiar. Assim aguadas, frutas, plantas para o pastejo animal e para uso medicinal, madeiras secas são consideradas de uso comum. Há, entretanto, alguns recursos que são mantidos indisponíveis, como as madeiras “vivas”²⁸, a própria terra, isto é, o solo como um recurso natural, e os minerais que se encontram no subsolo.

As frutas após serem colhidas e os animais que pastejam nas terras abertas, estejam elas em áreas *individuais* ou *coletivas*, são de propriedade individual ou familiar. Não registrei a presença de plantios ou criações coletivos, isto é, que pertençam ao conjunto de associados, ou a grupos de família. Quando uma associação ou mesmo a “Central de Associações” necessita de recursos para alguma atividade, como o deslocamento de representantes para

²⁸ As madeiras secas são restos de árvores que já estão mortas e servem especificamente para lenha doméstica. As madeiras vivas são as madeiras retiradas de árvores ainda vivas e a depender da árvore se destinam especificamente para a construção de casas e cercas, ou para lenha doméstica.

uma reunião distante ou a compra de materiais, como arames para reforçar o perímetro da associação, as famílias costumam doar animais para a arrecadação de recursos e assim efetivar a realização da atividade de interesse de todos.

O termo “coletivo” também é designado para nomear os trabalhos realizados conjuntamente pelos sócios, quando voltados para beneficiar a associação como um todo. Um exemplo desse trabalho denominado *coletivo* é a construção ou a manutenção de cercas que limitam a área da associação com seus vizinhos. Outros trabalhos realizados coletivamente são alguns serviços de preparação de festas, como o da “Feira do Bode”.

Os trabalhos coletivos se diferenciam dos trabalhos em grupo. Estes últimos são trabalhos realizados conjuntamente por um grupo restrito de pessoas. O rendimento das atividades realizadas conjuntamente são repartidos apenas para os membros do grupo. Esse é o caso do grupo de mulheres que beneficia frutas na sede da “Associação de Várzea Grande”. A renda gerada pela venda de doces, geleias e sucos é dividida apenas entre quem participa das atividades de beneficiamento.

A formação de uma área *coletiva* em cada perímetro cercado foi uma ação utilizada pelos representantes das famílias quando perceberam a redução drástica das terras disponíveis para o pastejo dos animais. A redução aconteceu em um período relativamente curto, no qual uma ampla área de terras soltas foi reduzida para as terras abertas restritas em cada um dos perímetros. Os diretores da “Central de Associações” relataram o temor de que as terras localizadas nas áreas *individuais* de cada família fossem gradativamente cercadas, reduzindo ainda mais as áreas disponíveis ao pastejo dos animais. A criação da área *coletiva*, inspirada no exemplo das áreas de *fundo de pasto* da região de Uauá, nordeste da Bahia, passou a caracterizar as famílias também de Oliveira dos Brejinhos.²⁹ A denominação *fundo de pasto* passa então a nomear uma área reservada para o uso comum e vai identificar o modo de vida das famílias que

²⁹ Durante a *luta pelo bode solto* ocorreu uma visita de lideranças das famílias de Oliveiras dos Brejinhos ao município de Uauá para conhecer algumas localidades que estavam regularizando suas terras como áreas de *fundo de pasto*.

são representadas institucionalmente por associações e pela “Central de Associações de Fundo de Pasto”. Essas famílias passam a se articular e a se organizar conjuntamente visando o fortalecimento do seu modo de vida, caracterizado pelo uso comum, especialmente para a criação de animais e extrativismo de frutas e plantas, conjugados com a realização de uma agricultura em pequenas áreas. Mesmo partes de um mesmo processo de territorialização, as famílias apresentam territorialidades específicas, como pode ser observado na descrição relacionada às cinco famílias que integraram a pesquisa base para este artigo. O conjunto de famílias que se organizam em cada perímetro e são representados institucionalmente por uma associação passa então a coletivamente se autodenominar “Comunidades de Fundo de Pasto”.

Do ponto de vista da produção, há trinta, quarenta anos atrás existiam grandes reservas de mata virgem, de caatinga virgem por este sertão a fora, coisa que hoje já não existe mais. A questão fundo de pasto é muito positiva, mas ela foi criada não assim exatamente um fundo de pasto, ela teve todo um processo de degradação da nossa caatinga desse nosso sertão que nos levou a conclusão que para continuarmos criando os bodes nós precisávamos dos fundo de pasto, de um lugar reservado para que essa criação ficasse solta. Esse é um fator. Um outro fator foi a questão da grilagem, os fazendeiros chegaram num determinado momento que vinham fechando o cerco e nós que somos produtores, pequenos produtores vínhamos nos sentido sufocados. Então as organizações, igrejas, sindicatos de trabalhadores rurais, as ONGs daqui da região se reuniram, fizemos documentos de reivindicações para o governo do estado até chegarmos hoje nesta coisa que chamamos de fundo de pasto. E por incrível que pareça ainda tem pessoas que necessitam, que dependem destes fundos de pasto que não compreenderam o valor que ele

³⁰ Entrevista realizada na festa IV Festa do Bode, com Gilson Paulo Moreira, pertencente à comunidade de Jatobá, em 30/07/2006, durante trabalho de campo para a pesquisa de mestrado intitulada “Fundos de Pasto: Organização Política e Território” (CARVALHO, 2008, p. 80).

tem, a necessidade da gente de manter estes fundo de pasto ativos e organizados, para garantirmos o sustento de nossa famílias através da produção de frutas, de ovinos, de todas as atividade econômicas que a gente exerce dentro destas áreas (Gilson Paulo Moreira, 2006).³⁰

A argumentação de Gilson Moreira demonstra a consciência ambiental que orientou a criação das áreas de *fundo de pasto*. Algumas famílias, não todas, buscavam garantir que uma área ficaria aberta possibilitando o uso comum. Dentro de cada perímetro cercado foi estabelecido que todas as áreas individuais deveriam fazer fronteira com a área de fundo de pasto. Essa proposição permitiria que cada família pudesse deixar aberta uma passagem entre suas áreas *individuais* e a área de fundo de pasto, ampliando a área de uso comum para todas as áreas individuais abertas. Essa ação permitiu uma área maior para a pastagem dos animais, e ao mesmo tempo um menor impacto dos animais sobre os recursos localizados no fundo de pasto.

Pode-se afirmar que as famílias se organizaram em comunidades para a manutenção do uso comum dos recursos naturais. A preocupação com a gestão dos recursos, objetivando sua sustentabilidade, representa a garantia dos meios de reprodução das famílias. Por muitos anos, os recursos naturais estiveram sob o uso comum sem serem esgotados. Esse caso em questão pode ser relacionado com os estudos elaborados pela cientista política Elinor Ostrom³¹ nos quais afirma que comunidades são capazes de gerir recursos em comum de forma mais sustentável que o Estado ou que proprietários privados (OSTROM, 1990). As ações do Estado, aqui já enfatizadas, acarretaram uma mudança brusca no estoque de terras *soltas*. A crescente utilização de cercas para proteção contra a grilagem, e mais atualmente, as orientações técnicas para manejo dos animais em forma de confinamento, despertam os agentes sociais para a necessidade de reformulação de suas

³¹ Elinor Ostrom recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 2009. O prêmio foi concedido por seus estudos e análises relativos à “governança econômica” e “governança comunitária”, dedicados em grande parte à “gestão comunitária” de recursos de uso comum.

estratégias de sustentabilidade. A criação do *fundo de pasto* se constituiu como uma destas novas estratégias.

Quero destacar que o processo de regularização fundiária teria transcorrido de forma mais célere se só fossem levadas em consideração as áreas de cada família que correspondiam mais aproximadamente às formas previstas no ordenamento jurídico da ação do Estado. A reivindicação pela implantação de uma área de *fundo de pasto* como estratégia de proteção coletiva para garantir a preservação de uma parte da área, e assim a garantia do uso comum, interpôs uma série de impasses à realização do processo de regularização, uma vez que os agentes do Estado tinham dificuldade de estabelecer uma normatização para atendê-la.

No início dos anos de 1980, o ordenamento jurídico do Estado não se alinhava às formas de uma territorialidade que não correspondia ao formato da titulação de parcelas ou lotes individuais (ALMEIDA, 2008, p. 17-18).

Os fundamentos do ordenamento jurídico do Estado se baseiam na intensificação do processo de privatização das terras públicas como forma de dinamização do mercado de terras, isto é, na mercantilização dos recursos naturais. Considera as práticas de uso comum “rudimentares” e “primitivas”, características de economias arcaicas, marcadas por irracionalidades, que se contrapõem ao desenvolvimento tecnológico, e que provocariam a imobilização dos recursos básicos, impedindo que as terras e os recursos naturais fossem transacionadas livremente como mercadorias (ALMEIDA, 2011, p. 13-14).

A saída encontrada pelos técnicos responsáveis pelo processo de regularização fundiária e pelos procuradores do Estado foi regularizar a área de fundo de pasto como propriedade privada em nome de uma associação que representasse o interesse das famílias que estavam reivindicando a implantação de tal área. A criação das associações foi, portanto, uma exigência do Estado, que por meio de uma instituição legalmente constituída como

entidade jurídica pudesse adquirir a propriedade da terra. Os *fundos de pasto* de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas foram criados dessa forma.

A formulação jurídica que enquadrou as áreas *individuais* e as áreas de fundo de pasto como propriedade privada, com inscrição no cartório de imóveis, propiciou que ambas adentrassem ao mercado formal de terras.³² Simultaneamente, foi uma forma de considerar as práticas de uso comum. Essa consideração só foi possível mediante a ação organizada e articulada de diversas famílias localizadas em diferentes regiões do Estado da Bahia e que passaram, como em Oliveira dos Brejinhos, a se autodenominar comunidades de fundo de pasto.

Nesse sentido, as comunidades de fundo de pasto da Bahia contrariam interpretações baseadas em formulações evolucionistas e deterministas que reiteram uma “crise dos comuns” associada a uma “crise do tradicional”. Essas interpretações apontam para o “trágico declínio” ou de uma “tendência inexorável ao desaparecimento” das modalidades de “uso comum” (ALMEIDA, 2008, p. 20). Ao se articular com outros grupos sociais e povos tradicionais – povos indígenas, comunidades quilombolas, de pescadores, movimentos de luta pela terra – as comunidades de fundo de pasto propiciam elementos suficientes para a compreensão de que a crise é da interpretação que propaga a capacidade das instituições que regulam o mercado em orientar ações que visem a sustentabilidade ambiental (ACSELRAD, 2012, p. 9-15).

O momento da passagem de uma situação de terras soltas para outra, de *fundos de pasto*, pode também ser visualizado no desafio para atualização das formas de gestão do uso comum. Nessa perspectiva, precisamos visualizar as condições de possibilidade para atualização das normas e dos conhecimentos tradicionais dos agentes sociais que partilham o “uso comum” dos recursos.

Os conhecimentos tradicionais e as normas que regulam o uso comum dos recursos mudam consoante os processos de

³² Atualmente, essa formulação encontra resistência na Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE/BA). Os procuradores se baseiam em uma interpretação da Constituição Estadual de 1989, alegando que a terra pertence ao Estado e que não se poderia conceder um título de propriedade, e sim a concessão do direito real do uso. Essa interpretação está se referindo apenas à área de fundo de pasto, não sendo aplicada para alterar o processo das áreas individuais.

transformações sociais (ALMEIDA, 2011, p. 20). No caso aqui estudado, percebe-se um processo de intensa mobilização em torno da afirmação de direitos territoriais que propiciaram a consolidação de formas organizativas baseadas em uma categoria específica de autodefinição: as “comunidades de fundos de pasto. Essas formas organizativas se apresentam como uma identidade coletiva que fortalece estruturas comunitárias e as práticas de uso comum. Possuem autonomia organizativa, representada formalmente pelas associações, pela “Central de Associações” e pela “Articulação Estadual de Comunidades de Fundo de Pasto”.

Nesse caso, a relação afetiva não é sinônima de relação tradicional, como poderia sugerir uma leitura estrita das interpretações weberianas. O sentido de uso comum mostra-se político denotando uma autoconsciência cultural e um certo “jeito de viver” tradicionalmente, que implica uma ação política coletiva, seja no sertão ou na floresta, no litoral ou nos lagos da região amazônica (ALMEIDA, 2011, p. 20).

As novas formas de organização passam a fazer parte da vida das famílias de comunidades de fundo de pasto e podem ser observadas em distintos grupos sociais, como povos indígenas, comunidades quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, faxinalenses, pescadores. Não se restringem a contratos formais entre sócios que comumente são relacionados a relações associativas. Também não se restringem a grupos étnicos ou de parentes, da família ou do povoado, que repetidamente são relacionados a relações afetivas e tidas como tradicionais (ALMEIDA, 2008, p. 29-30).

Nas comunidades de fundo de pasto de Oliveira dos Brejinhos, a coesão e a solidariedade entre pessoas de famílias distintas foram reforçadas com a presença dos grileiros que criaram uma situação de adversidade e conflito. A resistência foi orientada por um grau de conscientização que criou ou reforçou redes de solidariedade. A noção de “tradicional” incorporou a

identidade “fundo de pasto” propiciando uma mobilização continuada. As unidades sociais podem ser então descritas como unidades de mobilização (ALMEIDA, 2008, p. 30).

Os agentes sociais inseridos nessas unidades de mobilização perceberam que o saber prático precisava ser atualizado. Esta atualização se refere às formas de conservação e renovação dos recursos naturais partilhados pelo uso comum, dentro de uma lógica orientada pelo modo de vida tradicional. Esse saber constrói as normas que regulam o acesso aos recursos, orienta as tecnologias utilizadas e as formas de manejo agrícola e animal.

A reivindicação pela implantação dos *fundos de pasto* foi realizada num contexto em que havia uma grande alteração na disponibilidade das *terras abertas*, como uma maior interferência da ação do Estado. A ação do Estado estimulou e favoreceu a presença de outros agentes, que continuam a buscar formas de se apropriar dos recursos naturais utilizados pelas comunidades de fundos de pasto. Esses agentes representam interesses que efetivam uma forma de apropriação dos recursos naturais que não é partilhada pelo uso comum, como as carvoarias, as mineradoras e as fazendas de monocultivos. São interesses empresariais marcados pela lógica de mercado.

Assegurar a conservação e a reprodução dos recursos naturais passa por uma nova compreensão das forças sociais presentes na região, passa pela compreensão dos limites e possibilidades das novas formas organizativas, nos limites das tecnologias utilizadas. Passa também por estabelecer relações com o Estado e elaborar estratégias de enfrentamento contra antagonistas, pela identificação de alianças com outras instituições. A atualização de um saber que permite desenvolver o modo de vida com autonomia. Atualizar o saber, base do conhecimento tradicional, ao mesmo tempo que o modo de vida se renova.

A renovação não significou a extinção do uso comum, mas a alteração de como ele é praticado, de como ele é regulado. Ocorreu a reinvenção da tradição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. Prefácio. In: RICOVERI, G. *Bens Comuns versus Mercadorias*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012. Cap. Prefácio, p. 9-15.
- ALMEIDA, A. W. B. D. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2ª Edição. ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.
- ALMEIDA, A. W. B. D. Prefácio. In: CAMPOS, N. J. D. *Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico espacial*. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 13-23.
- ALMEIDA, A. W. B. D. Cartografia social da Amazônia: os significados de território e o rito de passagem da “proteção” ao “protecionismo”. In: NELSON SIFFERT, M. C. W. D. A. M. H. M. M. L. *Um Olhar Territorial para o Desenvolvimento da Amazônia*. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 351-369.
- BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, P. Atos do Estado. In: _____ *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 39-42.
- CARVALHO, F. P. D. *Fundos de Pasto: Organização e Território*. Salvador: PPGCS/UFBA, 2008.
- CARVALHO, F. P. D. *Fundos de Pasto: territorialidade, luta e reconhecimento*. Salvador: Tese Doutorado PPGA/UFBA, 2014.
- OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. “Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____ *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. São Paulo: UNESP, 2004. p. 19-58.

Franklin Plessmann de Carvalho - Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), pesquisador integrante da rede de pesquisadores e movimentos sociais do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, coordenador do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Nova Cartografia Social (UFRB). E-mail: franklinpcarvalho@gmail.com.

RURIS | VOLUME 10, NÚMERO 2 | SETEMBRO 2016